

## SUS-DF: princípios, estrutura e gestão

### **Afonso Henriques Pinto de Almeida Fernandes**

Chefe da Unidade de Ortopedia e  
Traumatologia/HRPa

Diretor da Sociedade Brasileira  
de Ortopedia e Traumatologia /  
Regional-DF

Após quase duas décadas de sua criação em 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta uma série de problemas em sua execução (princípios da integralidade e universalidade) em todo o território nacional, principalmente aqueles decorrentes do seu dimensionamento (relação entre a demanda da população e a oferta de serviços pelo Estado).

No Distrito Federal (DF), em decorrência do crescimento acelerado e desorganizado, motivado por políticas eleitoreiras de governos anteriores, fez com que essa região, inicialmente com uma população estimada para o ano 2000, de meio milhão de habitantes, atingisse naquela data, dois milhões de habitantes que, acrescidos pela população das cidades do Entorno, totalizou dois milhões e novecentas mil pessoas.

Nessa ocasião, o DF apresentava 19 regiões administrativas (RAs), das quais 14 apresentavam população superior a 50.000 habitantes, assemelhando-se às cidades de porte médio; atualmente, esse número de RAs cresceu para 29, elevando ainda mais a densidade demográfica e suas necessidades sociais (emprego, educação, alimentação, habitação, saneamento básico, segurança e saúde); o surgimento progressivo desses bolsões de pobreza, além dessas carências, elevou o índice de criminalidade (lesões e intoxicações), dificultando o acesso às ações preventivas de saúde, elevando sobremaneira a busca pela medicina curativa (lesões e doenças).

Apesar dos esforços do governo local na tentativa de minimizar os problemas existentes na saúde, observa-se que, além da incompatibilidade estrutural (11 hospitais gerais para 29 cidades), existem problemas de gestão decorrentes do loteamento administrativo da Secretaria de Saúde (SES) em busca de apoio político-partidário na Câmara Distrital, da incapacidade e inexperiência dos gestores e do sistema centralizado de administração.

O gerenciamento da saúde no DF carece prioritariamente de um modelo descentralizado, onde os diretores das regionais de saúde tenham au-

tonomia administrativo-financeira para adequar os seus estabelecimentos (hospitais, centros de saúde, etc) e programas de saúde em relação à sua estrutura física, recursos humanos, equipamentos, insumos e medicamentos; esse modelo deve estar alicerçado na capacitação técnica, condições de trabalho e justa remuneração (produtividade), para que o exercício profissional nas áreas técnica, administrativa e de gestão possa ocorrer com a dedicação, ética e produtividade exigidas, sob controle e fiscalização adequados, tendo em vista a importância e a enorme demanda de ações de saúde existente.

A estrutura de ensino existente na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) do GDF deve ser aproveitada na formação profissional, objetivando a criação de um banco de recursos humanos nos níveis médio e superior (graduação e pós-graduação), nas áreas técnica e administrativa da SES.

Assim sendo, estaremos evitando que interesses eleitoreiros possam intervir na Secretaria de Saúde, buscando a interdição (improbidade administrativa) de seus gestores e a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apenas servirão de palanque para virtuais candidatos às próximas eleições em 2010.

---